

Prudente recua

29 JUN 2004

PROJETO QUE EXTINGUE CONSELHO DE PRESERVAÇÃO SOFRE UMA SÉRIE DE EMENDAS E É RETIRADO DA PAUTA DO DIA. O AUTOR QUER DISCUTIR AS MODIFICAÇÕES E SEUS EFEITOS

O projeto de lei que propõe a extinção do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (Conpresb), cuja votação estava prevista para ontem, tanto criou polêmica que acabou sendo retirado da pauta do plenário. A proposta, que já havia sido drasticamente alterada pelo autor, Leonardo Prudente (PMDB), recebeu ainda mais três emendas de segundo turno. Desfigurado, o projeto voltou à fase de discussões. Prudente nega, no entanto, que o foco inicial da proposta tenha se perdido.

Na última quarta-feira (23), o projeto foi aprovado em primeiro turno na Câmara Legislativa. Teve 13 votos favoráveis. Prudente alega que o conselho tem extrapolado suas atribuições e atrapalhado a tramitação de projetos importantes para a capital federal. A repercussão da proposta foi negativa entre deputados federais, senadores, especialistas, a direção do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, inclusive, a filha de Lucio Costa, a ex-presidente do Iphan Maria Elisa Costa. Após enfrentar duras críticas, os distritais recuaram.

O que Prudente apresentou na tarde de ontem foi um projeto substitutivo que não extingue o Conpresb, mas o torna apenas um órgão consultivo, sem poder de vetar leis ou ações da Câmara. O projeto, analisado com as novas emendas, deverá entrar na pauta de votação de hoje. Mesmo que entre na pauta, o projeto pode, no entanto, ser retirado novamente. Se isso acontecer, a proposta pode ser votada apenas no segundo semestre, depois do recesso.

É isso que propõe a deputada Eurides Brito (PMDB). Ela sugere



Mesmo depois de polêmica, Prudente espera que apoio do 1º turno se repita

que o projeto seja votado somente em agosto. "Existem atribuições concorrentes e isso precisa ser analisado com calma", destacou. Além disso, segundo a deputada, a sociedade demonstrou, nessa última semana, que o tema é mais polêmico que se esperava, e portanto, o debate sobre a extinção ou permanência do órgão deve ser aberto à comunidade.

A bancada do governo se reúne às 10 horas de hoje para discutir a questão. Em seguida, os líderes dos partidos e a Mesa Diretora da Câmara Legislativa decidirão se a proposição entrará na ordem

do dia da sessão que será realizada a partir das 15 horas, ou se a apreciação da matéria acontecerá somente após o recesso parlamentar.

Leonardo Prudente está confiante na aprovação de seu projeto tal como foi elaborado por ele, e espera repetir a votação do primeiro turno. "Conto com os mesmos 13 votos favoráveis que que tive para minha proposta na semana passada", disse.

Pedro Passos (PMDB) apresentou também emendas ao projeto de Prudente, que seguem a tendência de tirar autonomia do

conselho. Pela proposta do deputado, toda decisão do conselho deverá ser homologada pela Câmara Legislativa, com votação em plenário com o mínimo de dois terços de votos favoráveis.

O Conpresb foi criado em janeiro de 2003, quando o governador Joaquim Roriz (PMDB) sancionou uma lei que substituía o antigo Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), extinto desde 2002. A diferença do atual para o antigo é exatamente que o Conpresb possui poderes deliberativos, em vez de apenas caráter consultivo.

Hiram Vargas